

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE
EMPRESÁRIA LIMITADA

BARBIN EMPRESARIAL LTDA

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito:

Sra. TEREZINHA MOMETO BARBIN, brasileira, viuva, empresária, inscrita no RG sob Nº 12.556.060-6 SSP/SP e CPF sob Nº 213.881.688-55, residente no endereço Rua Barrinha, nº 81, Jardim Bonfim, Campinas/SP, CEP 13.032-530.

Resolve constituir uma **SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL**, a qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

1. DENOMINAÇÃO E ENDEREÇO.

A sociedade limitada unipessoal girará sob a denominação **BARBIN EMPRESARIAL LTDA**, e tem sede e foro a Rua Barrinha, nº 81, Jardim Bonfim, Campinas/SP, CEP 13.032-530, podendo abrir filiais, escritórios e depósitos dentro e fora do território nacional a critério dos sócios.

2. DA ATIVIDADE.

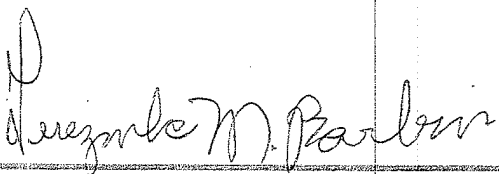
A sociedade limitada unipessoal tem como exploração comércio de peças e acessórios novos para veículos automotores, produtos alimentícios em geral, material elétrico, ferragens, ferramentas, material de construção em geral, equipamentos e suprimentos de informática, eletrodomésticos, equipamentos áudio e vídeo, móveis, artigos de colchoaria, tecidos, artigos de cama, mesa e banho, instrumentos musicais e acessórios, produtos uso pessoal e domésticos não especificados, artigos de papelaria, brinquedos e artigos recreativos, artigos esportivos, produtos farmacêuticos sem manipulação de formulas, medicamentos veterinários, produtos de perfumaria e higiene pessoal, artigos ortopédicos e médicos, vestuários e acessórios, calçados, produtos de relojoaria, produtos de saneamentos e limpeza domissanitarios, equipamentos para escritório, suporte técnico e serviços em tecnologia da informação, instalação e manutenção de ar condicionado, artigos e alimentos para animais, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgicos, hospitalar, e laboratórios e produtos odontológicos.

3. DO PRAZO DE DURAÇÃO.

O prazo de duração da sociedade limitada unipessoal será por tempo indeterminado, tendo seu início em 01 de novembro de 2020

4. CAPITAL SOCIAL.

O capital social que é de **R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais)** dividido em 30.000 (Trinta Mil) quotas de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente subscrita e integralizada neste ato em moeda corrente do país, ficando distribuído entre os sócios da seguinte forma:



Av. Emilio Bosco, 694 - Sl 06 - Cep 13180-000 - Matão - Sumaré - SP

Página 1 de 3

SÓCIO	%	QUOTAS	VALOR
TEREZINHA MOMETO BARBIN	100	30.000	R\$ 30.000,00
TOTAL	100%	30.000	R\$ 30.000,00

Parágrafo Primeiro: a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme artigo 1.052 da Lei 10.406/2002.

5. ADMINISTRAÇÃO.

A administração da sociedade limitada unipessoal será exercida de forma individual, designando-se o cargo de administradores, que se incumbirá de todas as operações e representará a sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, cabendo a responsabilidade e a representação Ativa e Passiva da sociedade, em Juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos compreendidos no objetivo social, ficando vedado o uso da denominação social, em negócios estranhos aos fins sociais.

Parágrafo único: Nos termos do artigo 1.061 da Lei 10.406/2002, fica permitida a alteração deste contrato para a nomeação de administradores não integrantes do quadro societário, desde que aprovado por dois terços dos sócios.

6. DO PRÓ-LABORE.

A sócia poderá em comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de Pró Labore, pelos serviços que prestarem à sociedade, observada as disposições regulamentares pertinentes em lei.

7. EXERCÍCIO SOCIAL.

O exercício social terá início em 1º de Janeiro e terminará em 31 de Dezembro de cada ano, quando serão procedidos o levantamento do balanço geral e a apuração de resultados, em conformidade com as disposições legais pertinentes, e os lucros e ou prejuízos serão apurados entre os sócios, na proporção de suas quotas do Capital Social.

Parágrafo Único: Ficando dispensando a publicação do balanço da lei vigente.

8. RETIRADA E FALECIMENTO.

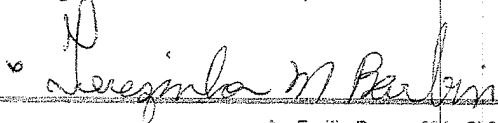
A retirada de qualquer um dos sócios, não acarretará na dissolução da sociedade, que prosseguirá com o sócio remanescente e outro que será admitido. Porém na hipótese de falecimento, os herdeiros do falecido exercerão o direito às cotas, entretanto não havendo interesse destes em participar da sociedade, o sócio remanescente, os pagará o valor de suas cotas sociais e seus eventuais lucros acumulados, com base em balanço levantado na data do óbito, em doze parcelas mensais.

9. TRANSFERÊNCIA E CESSÃO DE QUOTAS.

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado em igualdade de condições e preço o direito de preferência para a sua aquisição, devendo o sócio informar por escrito e com antecedência de 90 dias.

10. RETIRADA SÓCIOS

A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, das responsabilidades pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos averbada a resolução da sociedade.



Av. Emilio Bosco, 694 - Sl 06 - Cep 13130-000 - Matão - Sumaré - SP

Página 2 de 3

11. NORMAS REGIMENTAIS

Este Instrumento Contratual, será regido pela Lei 10.406/2002, tendo como regência supletiva as Normas Regimentais da Sociedade Anônima Lei 6.404/76.

12. DA REUNIÃO.

As deliberações dos sócios sempre que for necessário, serão tomadas através de reunião, mediante convocação do sócio majoritário ou pelos sócios minoritários cujas quotas formem pelo menos um quinto do capital social, e suas resoluções ou decisões constarão no livro de "Atas de Reuniões da Diretoria". Para que deliberação seja válida será necessária a presença da maioria societária.

Parágrafo Primeiro: Os casos previstos no caput desta cláusula para a modificação do contrato social, a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade ou cessação do estado de liquidação, será necessária a aprovação de no mínimo três quartos do capital social.

Parágrafo Segundo: A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS.

Segundo remissão determinada pelo artigo 1.054 da Lei 10.406/2002 ao artigo 997 da mesma legislação, fica expresso que os sócios não respondem, subsidiariamente pelas obrigações sociais.

14. EXTINÇÃO.

A sociedade poderá ser extinta pelo consenso unânime dos sócios ou por decisão de $\frac{3}{4}$ do capital social.

Parágrafo único: Em caso de extinção da sociedade, será apurado o balanço e os bens direitos e obrigações serão atribuídos na proporção da participação dos sócios no Capital.

15. FORO.

Fica eleito o foro da Comarca de Campinas/SP, para dirimir quaisquer ações fundadas no presente contrato.

16. DECLARAÇÃO CRIMINAL.

Os sócios e o administrador(es) declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E, por assim estarem justos e contratados assinam o presente instrumento contratual, devendo ser arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Campinas/SP, 01 de novembro de 2020


TEREZINHA MOMETO BARBIN
CPF sob N° 213.881.688-55